

ÍNDICE GERAL

Nota prévia à segunda edição	9
Nota previa à primeira edição	11
Introdução	13
§ 1. Objeto e método da ciência do Direito Constitucional; Direito Constitucional, ciências constitucionais e ciências afins; O lugar da Teoria da Constituição	14
1. Ciências Constitucionais	14
1.1. Direito Constitucional como doutrina ou dogmática constitucional	14
1.2. Teoria da Constituição	15
1.3. História Constitucional	15
1.4. Direito Constitucional Comparado	16
2. Ciências afins do Direito Constitucional	17
2.1. Direito do Estado (Direito Público Geral; Direito Político)	17
2.2. Teoria Geral do Estado	18
2.3. Ciência Política	18
3. Teoria da Constituição e Direito Constitucional	19
§ 2. A Constituição como norma	21
1. O carácter normativo da Constituição	21
2. O lugar da Constituição no ordenamento jurídico: autoprímazia normativa; norma das normas (<i>norma normarum</i>); a Constituição como vértice da pirâmide normativa nacional	22
3. O lugar da Teoria da Constituição	23
Bibliografia	23
Capítulo I. O Estado como comunidade política	27
1. Os primórdios do conceito	28
2. A Idade Média	29
3. Surgimento do Estado moderno: concentração, territorialização e institucionalização do poder. O Estado absoluto, autocrático, O Estado-de-Polícia	30
4. O Estado liberal	31
5. O dualismo orgânico das monarquias limitadas	33
6. As teorias integracionistas	36
7. O Estado como sistema de normas	39
8. O Estado como comunidade política	40

Bibliografia	43
Capítulo II. Direito Constitucional e Constituição: noções fundamentais	45
§ 1. O conceito de Constituição	46
1. A evolução histórico-valorativa da Constituição	46
2. Funções atuais da Constituição	49
3. A Constituição como o estatuto jurídico fundamental da comunidade política	51
Bibliografia	52
§ 2. As formas constitucionais	54
1. Constituição escrita e Constituição não escrita	54
2. Constituição rígida e Constituição flexível	56
3. Constituição material e Constituição formal	58
4. Constituição estatutária e Constituição programática; constituição simples e constituição compromissária	60
5. Constituição normativa, Constituição nominal e Constituição semântica	62
Bibliografia	64
§ 3. A Constituição em sentido material	65
1. A Constituição ao serviço de uma ideologia	65
2. A Constituição realiza-se ou reduz-se progressivamente a um texto de valor formal superior	66
3. A insuficiência da vertente formal da Constituição	66
4. A Constituição assenta na realidade sociológica ou política, ou nos valores	67
5. O retorno ao carácter material da Constituição	68
6. A tridimensionalidade constitucional	69
7. A Constituição como ordem material, aberta, não estática, não hierárquica, pluralista e positiva	71
8. O texto constitucional e a realidade constitucional	72
9. A dimensão temporal da Constituição	74
10. O exemplo da CRP 76	75
Bibliografia	77
Capítulo III. Dinâmica constituinte: origem e evolução da Constituição	81
§ 1. O Poder constituinte	82
1. Poder constituinte e seus modos de revelação	82
2. Poder constituinte originário e poder constituinte derivado ou poder de revisão constitucional	86
3. O titular do poder constituinte	87
4. O procedimento constituinte. Formas de manifestação do poder constituinte	88

5.	Os limites materiais do poder constituinte	91
§ 2.	O Poder de revisão constitucional	94
1.	O poder constituinte e o poder de revisão constitucional	94
2.	Os limites formais de revisão constitucional na CRP 76	95
3.	Os limites materiais de revisão	97
4.	A evolução constitucional. As sete revisões constitucionais da Constituição portuguesa de 1976 (breve menção)	100
5.	Evolução constitucional: revisões constitucionais e mutações ou transições constitucionais	105
	Bibliografia	105
	Capítulo IV. A força jurídica da Constituição	109
§ 1.	As dimensões da normatividade constitucional	110
1.	O texto constitucional	110
1.1.	O texto constitucional como sistema normativo aberto de preceitos e princípios	110
1.2.	Critérios de distinção entre princípios e preceitos	111
1.3.	Função dos princípios na Constituição	111
1.4.	Tipologia dos princípios	112
1.5.	Tipologia dos preceitos	115
1.6.	Os preâmbulos constitucionais	118
2.	A realidade constitucional. Sua relevância jurídica	119
2.1.	Na concepção do texto constitucional	119
2.2.	Na “vida” (vigência) do texto constitucional	119
2.3.	A relevância constitucional do costume	120
2.4.	Precedentes judiciais em matéria constitucional	120
3.	Os valores constitucionais	121
4.	A interpretação da Constituição	122
4.1.	Especificidade da interpretação constitucional	122
4.2.	Métodos de interpretação	122
4.3.	Posição adotada	124
4.4.	Os princípios de interpretação constitucional	125
4.5.	Os conceitos-problema. Nos limites da Constituição	127
5.	As lacunas e a integração em Direito Constitucional	128
§ 2.	A reserva do Direito e sua efetivação jurídica	129
1.	As “normas constitucionais inconstitucionais”	131

2.	A jurisprudência e a doutrina alemãs	133
3.	As “normas constitucionais inconstitucionais” na doutrina constitucional portuguesa	142
4.	O problema da constitucionalidade do art. 292º da CRP	150
5.	Posição adotada	157
§ 3.	O tempo e a Constituição	162
	Bibliografia	172